

PAPEL DA PEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: desafios e paradoxos

Geisse Martins ¹

Diana da Silva de Oliveira ²

Maria Carolina Cavalcanti de Almeida Menezes ³

Mariana Laura Queiroz Ribeiro ⁴

RESUMO

Frequentemente, os planos curriculares dos cursos oferecidos estão em total dissonância com o que preconiza as empresas e destoam por completo da realidade do aprendiz, fato esse que é agravado pelo total hiato entre as qualificações técnicas exigidas para atuação junto ao mercado de trabalho e as condições técnicas aprendidas nas universidades para que o profissional da Pedagogia possa atuar nesse cenário. No tocante à convergência do trabalho com a educação, empresas e escolas passaram a ter paradoxos e desafios cada vez mais lancinantes, em que a Pedagogia é convidada a contribuir com seu olhar científico, de tal sorte a investigar e trazer à luz respostas para uma sociedade em que o conhecimento e a informação impulsionados pela tecnologia e sua capilaridade, se tornaram os principais impulsionadores do desenvolvimento capitalista. Como abandonar velhos conceitos frente a uma sociedade cada vez mais alicerçada pela evolução constante da tecnologia da informação e do conhecimento? Essas indagações e inquietações formam a base de atuação dos profissionais da pedagogia, sem a perspectiva do campo do trabalho de modo a contribuir para a educação de cidadãos críticos e reflexivos para que possam atuar efetivamente num mundo em total transformação. Grande parte dos alunos ingressantes nos cursos profissionalizantes no Brasil sejam eles na modalidade aprendizagem, qualificação profissional, técnicos ou tecnólogos, são normalmente egressos dos cursos regulares tanto de escolas públicas quanto de escolas privadas.

Palavras-chave: Desafios, Educação Profissional, Paradoxos, Pedagogia.

INTRODUÇÃO

O Brasil destaca-se internacionalmente no que se refere a sua economia e em relação aos maciços investimentos em educação, cujos desafios e paradoxos em relação a educação profissional instalam-se para a pedagogia. Esse país, cujas dimensões são continentais apresenta-se na atualidade com um sistema educacional fundamental e médio com qualidade em declínio, políticas governamentais com maciços

¹ Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação da Miami University of Science and Technology (MUST) – Flórida - USA, geisse@geisse.com.br;

² Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Unileya - MG, do29687@gmail.com;

³ Pedagoga, Especialista em Educação Especial e pós graduanda em Psicopedagogia pela FAFIRE-PE, carolmannu@hotmail.com;

⁴ Pedagoga, Especialista em Educação Especial e Neuropsicopedagogia e pós graduanda em Psicopedagogia pela FAFIRE-PE, maribeiro2@gmail.com;

investimentos, no entanto, sem planejamento a longo prazo. Um contexto histórico em que; a pedagogia, frequentemente mantém-se a margem do planejamento estratégico da educação profissional ou então passa tímida por todo o processo.

Analisar e tentar compreender cenários no tocante a educação profissional é um exercício da “*Praxis*.” Como afirma Krishnamurti (1974) que “compreender é mudar o que há. Este artigo livre de qualquer pretensão política ou ideológica e centrado numa análise técnico-científica, lança-se como uma alternativa de reflexão e de proposição de mudanças possíveis no campo da educação profissional, cujo ponto fulcral é o de promover o acesso das pessoas ao mercado de trabalho, bem como impulsionar as engrenagens da economia brasileira.

Educar para o trabalho profissional é também um labor de arestas e vértices que se convergem e divergem, na mesma medida em que se projeta o futuro de uma nação. A pedagogia contemporânea não pode passar alheia a todas as dinâmicas sem a sua epistemologia e o seu caráter crítico e reflexivo, uma vez que a educação profissional também é um campo de atuação e pesquisa desta ciência.

METODOLOGIA

Utilizando uma metodologia de pesquisa qualitativa, apoiada sobre as argumentações e considerações de autores que versam sobre essa imensa seara. Apresentamos um estudo de caso que é sustentado por um referencial teórico, que orienta as questões e proposições do estudo, reúne uma gama de informações obtidas por meio de diversas técnicas de levantamento de dados e evidências (MARTINS, 2008). O diálogo com as argumentações e afirmações desses autores somado às experiências adquiridas ao longo de mais de 20 anos de atuação efetiva em educação profissional em diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor irá tentar trazer à baila um conjunto de considerações pertinentes, reflexivas em que o papel da pedagogia na educação profissional de jovens e adultos faz-se necessária, imperiosa e com atuação incisiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisar e tentar compreender cenários no tocante a educação profissional é um exercício da “*Praxis*.” Como afirma Krishnamurti (1974) que “compreender é mudar o

que há. Este artigo livre de qualquer pretensão política ou ideológica e centrado numa análise técnico-científica, lança-se como uma alternativa de reflexão e de proposição de mudanças possíveis no campo da educação profissional, cujo ponto fulcral é o de promover o acesso das pessoas ao mercado de trabalho, bem como impulsionar as engrenagens da economia brasileira.

Educar para o trabalho profissional é também um labor de arestas e vértices que se convergem e divergem, na mesma medida em que se projeta o futuro de uma nação. A pedagogia contemporânea não pode passar alheia a todas as dinâmicas sem a sua epistemologia e o seu caráter crítico e reflexivo, uma vez que a educação profissional também é um campo de atuação e pesquisa desta ciência.

Ao longo da história, a Pedagogia foi-se constituindo como ciência que tem como objeto de reflexão a educação e seus desdobramentos, envolvendo os processos de ensino e aprendizagem que visam educar as novas gerações, constituídas por crianças e jovens que são percebidos como sujeitos socioculturais. Conforme Eboli (2004):

[...] a Pedagogia refere-se à reflexão sistemática sobre educação de crianças e adolescentes; é a ciência da educação, é a arte e a técnica de ensinar e está intimamente relacionada com a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia etc. (EBOLI, 2004, p.33)

Desde a Antiga Grécia, berço da ciência em seus conceitos iniciais, a educação já possuía uma inclinação determinada para o trabalho. Esparta possuía uma educação que se destacava das outras cidades, ao preparar os seus infantes filhos para a atuação no exército que estava sob o controle do estado. Platão, o educador e filósofo de referência na época, evoca esses princípios e os explicita em seus livros “*A república*” e “*Leis*”.

No ideário proposto pelo referido filósofo, a educação era obrigatória, estava sob a tutela do estado e representava uma estratégia interessante e vital para aquele momento. Seu predecessor Aristóteles pôde comprovar isso de tal modo que o seu pupilo Alexandre o Grande conquistou o mundo combinando o conhecimento adquirido nos moldes da academia grega com estratégias de guerra; como nos orienta Manacorda (1982):

[...] na Grécia embora de maneira menos rígida e com forte ênfase em formas de democracia educativa, também havia distinção dos processos educativos segundo as classes sociais. Para as classes governantes, a escola visava a preparar para as tarefas do poder, que são o pensar ou o falar (isto é, a política) e o “fazer” a esta inerente (isto é, as armas); para os produtores governados não existia nenhuma escola inicialmente, apenas um treinamento no trabalho. Havia duas tradições culturais, a dos aristocratas guerreiros e a do povo de produtores. (EBOLI, 2004, *apud* MANACORDA, 1982, p.34)

Já na Idade Média, ao menos no ocidente a educação estava sob os cuidados da igreja católica que também possuía um braço militar em suas fileiras (Templários). Todo o conhecimento estava restrito aos crivos dogmáticos, de tal forma que poucas eram as escolas em que a formação profissional se desenvolveu naquele período da história. Contrariando as leis vigentes naquela época, Martinho Lutero foi um dos poucos que sugeriu ao governo a criação de escolas cujo objetivo era a preparação profissional:

Em consonância, João Calvino que também comungava das ideias de Lutero no que se refere à educação, fundou uma série de escolas com cunho profissional em Genebra na Suíça.

Com precisão é que na Prússia em meados de 1807 emerge a escola com o formato de obediência, gratuita e frequência obrigatória, sob a responsabilidade total e irrestrita do estado, atendendo aos anseios dos iluministas, mas com o propósito focado no controle do estado para obter “Homo docibilis”, como é denominado por Ramirez-Nogueira (2011) ou seja obter corpos obedientes. A escola do modelo prussiano, cujos fins e objetivos convergiam para uma educação voltada para o trabalho, era alicerçada pelas ideias de Pestalozzi que defendia uma educação baseada na ação. Com efeito, o modelo despótico prussiano de educação que se instaura no mundo moderno como modelo inspirador adotado por vários países, inclusive pelos Estados Unidos da América, têm como premissa fundamental a preparação para o trabalho, sobretudo para o trabalho em estados em tempo de guerra.

Com um formato fragmentado do conhecimento, ofertado em linha, crescente, objetivando o aumento da eficiência no nível operacional em consonância com o modelo taylorista predominante no mesmo período nos EUA, tal modelo foi rapidamente disseminado tanto pela Europa como por outros continentes.

Nos EUA, Calvin E. Stowe (1802-1886) foi o principal difusor do modelo prussiano despótico de educação, cujo principal objetivo – como já foi dito - era a preparação em massa da população, sobretudo dos infantes para atuação militar. John Dewey (1859-1952) foi sem sombra de dúvida o ícone e o difusor na América Latina da educação que vivenciou um período de entre guerras internas americanas, bem como o emergir da segunda revolução industrial dentro do solo americano, em que ancorou suas ideias de uma educação moldada pelo modelo prussiano fundamentada no pragmatismo. Na década de 1930 no Brasil, tanto o modelo prussiano de educação bem como as ideias

pragmáticas de Dewey eram verdadeiras joias para um país que possuía uma gigantesca massa de analfabetos num contexto efetivamente agrário e de incipiente industrialização, com o governo autoritário e populista de Getúlio Vargas que simpatizava com as ideias fascistas vindas da Europa. Segundo Lopes, Filho e Veiga (2000),

[...] no período situado entre 1929 e 1957, o incremento do modelo industrial foi da ordem de 475%, fatores esses que vieram a contribuir para colocar o Brasil entre as dez maiores economias do mundo. Esse modelo, além de provocar mudanças na estrutura do Estado, que teve de imprimir uma nova forma de organização para se articular a essa nova lógica, fez com que fossem adotadas novas estratégias. Para a preparação da força de trabalho. (LOPES, FILHO e VEIGA, 2000 p.2016)

Fato é que até mesmo para o governo populista brasileiro o modelo prussiano ia ao encontro das premissas de universalização e acesso a escolas pelas classes mais necessitadas e isso era de muito bom tom aos interesses do governo, seja no cenário interno bem como no cenário externo. Com efeito, a legislação trabalhista implantada pelo governo getulista muito fora influenciada pelo modelo fascista europeu que coadunava com o modelo prussiano de ensino voltado para a preparação para o trabalho.

Importante ressaltar que essa tríade (escola gratuita, obrigatória, sob o controle do estado formando corpos dóceis para atuar em fábricas) somada a leis trabalhistas que visavam a um controle rígido de um poder ditatorial, juntamente com um governo populista que possuía uma enorme necessidade de mão de obra barata que necessitava de ações assistencialistas num período da nascente industrialização, era terreno fértil para reformas educacionais, pois o Brasil não possuía uma educação de qualidade nem tão pouco de amplitude, difusora e organizada.

Nesse contexto histórico, Batista (2013) e Regattieri (2010) nos convida à seguinte reflexão:

[...] este é o mesmo entendimento de Moraes (1990, p.1), quando observa que “[...] a instalação das unidades industriais no Brasil foi realizada sob o padrão da grande indústria, através da importação de equipamentos europeus e, depois, americanos”. Entende ainda que, “[...] ao não atravessar o período manufatureiro, o empresário industrial local não enfrentaria imediatamente a necessidade de destruir o trabalho qualificado preexistente”. O problema que os industriais brasileiros enfrentavam nesse período era em “formar a força de trabalho para o desempenho das atividades fabris”.(BATISTA, 2013, p.32).

Todo esse cenário agradava não somente a elite que emergia sob a estrutura da industrialização brasileira, mas também a classe menos favorecida carente de emprego e condições de subsistência. O Brasil do Estado Novo saía de um modelo de exploração colonial tanto na economia quanto de seus meios de produção e rumava para um modelo industrial em que, a mão de obra era quase inexistente e as escolas, inspiradas num modelo despótico e voltada para fins militares, essa estrutura irá deixar marcas indelévels. Sobre a política educacional do Estado Novo, Manfredi (2003) afirma que ela:

[...] legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão sócia do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas. Outra característica desse período é o papel central do Estado como agente de desenvolvimento econômico [que promoveu] a substituição do modelo agroexportador pelo modelo de industrialização (incentivado pelo processo de substituições de importações na produção de bens duráveis e bens de capital). (MANFREDI, 2003, p.95)

Vale ressaltar que nesse ínterim, com o movimento escolanovista (1932) liderado por Anísio Teixeira (1900-1971), influenciado pelas ideias de John Dewey, coloca-se em marcha no Brasil uma nova proposta educacional mais humanista, focada na valorização da experiência dos educandos, mas ainda permanece um hiato entre a realidade escolar e a realidade para o trabalho.

Fato é que; depois veio a ditadura militar em 1964, com a conseqüente importação de modelo tecnicista que mais servia a seus interesses, e a Pedagogia se restringiu apenas a participar à sombra de todos esses eventos sem uma contribuição efetiva e transformadora até o ano de 1996.

Há se fazer aqui uma digressão, a lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN de 1961- apenas tratava superficialmente tão somente de assuntos relacionados à educação tradicional e a debacle, trouxe poucos avanços no tocante à educação profissional. Os tempos eram nebulosos e inconstantes.

Um tanto diferente, a lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, essa sim, trouxe algumas novas determinações. Dentre outras coisas é possível destacar a inserção de disciplinas como moral e civismo e, também organização social e política do Brasil dentro do

currículo. De certa forma, valorizava a educação profissional e instituiu o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos e determinou a criação do ensino, representando um ganho para os educandos e também na educação de jovens e adultos, cujos índices de evasão advindos no ensino regular potencializava esse tipo de educação.

Com o advento da Constituição de 1988, a educação é tema centrado em questões econômicas, sociais e políticas, objetivando convergir o caminho paralelo que a educação e o trabalho perfaziam.

Assim, em relação à educação, a Constituição de 1988 permitiu uma sólida estrada assegurando-a como um direito fundamental, determinando os papéis dos agentes envolvidos, mas, sobretudo, lançou sementes fecundas no que se refere à convergência entre trabalho e educação. A referida constituição ao determinar as ações de seus protagonistas (família, sociedade, estado e profissionais da educação), fomenta uma maior participação democrática no que se refere a educação de modo geral, de forma ampla e irrestrita. Por conseguinte, diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a Pedagogia e os profissionais da educação retomam juntamente com os outros protagonistas da educação (família, estado e sociedade) lugar de destaque com desafios ainda maiores.

Não obstante, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – a LDBEN de 1996 - estabelecer as novas diretrizes e bases da educação nacional - trata e destaca a convergência entre educação e trabalho. Já na introdução é determinante, incisiva e enfática na congruência total entre educação e trabalho, mas é no seu artigo 2º que a lei é clara e elucidativa:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL, 1996)

Como é possível perceber, a LDBEN de 1996 não se limitou apenas propor a convergência da educação para a atuação junto ao mercado de trabalho, como também determina e preconiza que até mesmo os conteúdos curriculares observem essa congruência. Na tratativa do Ensino Médio, a vontade do legislador expressada na lei compreende que tanto a educação como um todo bem como o Ensino Médio, o Ensino Profissionalizante e todos os agentes envolvidos (sociedade, escola, pais, professores e profissionais ligados à educação) deverão envidar todos os esforços para que se fomente uma educação voltada para a preparação de cidadãos aptos ao trabalho e para o exercício da plena cidadania. Sobre a reforma do ensino profissionalizante, Manfredi (2003) afirma que:

[...] a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96 e o Decreto Federal 2.208/97) instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante. Do ponto de vista formal, significa que todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional terão de ajustar-se às novas diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação em vigor. Por conta disso, desde o final da década de 1990, vem se gestando uma nova institucionalidade no campo da Educação Profissional no Brasil (MANFREDI, 2003, p. 113)

Nesse sentido e direção, a Pedagogia amplia o seu raio de atuação que outrora estava restrito apenas ao aspecto do conhecimento do homem e de seu “modus operandi”, faz-se agora necessário um olhar científico para a condução dos discentes para atuar não somente como cidadãos críticos e reflexivos bem como uma preparação adequada para o trabalho, envolvendo por assim dizer o seu “modus vivendi”. Dessa forma, abrem-se novos precedentes, novas perspectivas e ademais novos paradoxos e desafios se instalam. Na mesma proporção e direção, a UNESCO propõe, segundo Delors (1998), os quatro pilares em que apoia a educação para o novo milênio: Saber Conhecer, Saber Fazer, Saber Ser e Saber conviver. Sem prejuízo, o MEC em sua Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2000 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura e a atuação dos seus respectivos profissionais. Enfatadamente o seu artigo 2º determina:

Art. 2º. As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como

em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. [Grifos nossos] (BRASIL, 2006, Seção 1, p.11)

Novamente e sem prejuízo para o campo de atuação do profissional em Pedagogia, no Parágrafo único da referida resolução de 2006, segundo as diretrizes do MEC, temos que:

[...] as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: (...) j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; [grifos nossos] (BRASIL, 2006, Seção 1, p.11)

Somando-se a tudo isso, nas duas primeiras décadas do Terceiro Milênio, ainda há um mundo em plena transformação geopolítica, social e econômica, em que o conhecimento aliado à tecnologia é o combustível alucinante que impulsiona toda a engrenagem na passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação e em direção a sociedade do conhecimento, notadamente a partir dos anos 1970, nos chamados países centrais.

No tocante à convergência do trabalho com a educação, empresas e escolas passaram a ter paradoxos e desafios cada vez mais lancinantes, em que a Pedagogia é convidada a contribuir com seu olhar científico, de tal sorte a investigar e trazer à luz respostas para uma sociedade em que o conhecimento e a informação impulsionados pela tecnologia e sua capilaridade, se tornaram os principais impulsionadores do desenvolvimento capitalista.

Na inteligência de Manfredi (2003) o trabalho neste contexto é a base:

[...] o trabalho é a base para a estruturação de categorias sócio profissionais, faz nascer práticas coletivas, ordena os ritmos e a qualidade de vida, enfim determina as relações entre os diferentes grupos classes e setores da sociedade, mediante os quais se definem parâmetros de identidade social e cultural. (MANFREDI, 2003, p.33).

Isso está em consonância com as ideias de Eboli (2004, p. 32) apud SILVEIRA (2011)

[...] a educação designa o processo de desenvolvimento e realização do potencial intelectual, físico, espiritual, estético e afetivo existente em cada ser humano; também designa o processo de transmissão da herança cultural às novas gerações. Portanto, Educação diz respeito à influência intencional e sistemática sobre o ser humano, como o propósito de formá-lo e desenvolvê-lo em uma sociedade, a fim de

conservar e transmitir a existência coletiva. A educação mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência. (SILVEIRA, 2011, p.35)

Ainda de acordo com a sapiência de Manfredi (2003) e diante do exposto, atualmente os profissionais da Pedagogia estão de frente de novos cenários e desafios, pois:

[...] Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos. (MANFREDI, 2003, p. 15)

Com efeito, não se restringe mais o campo de atuação do profissional graduado em Pedagogia a apenas lecionar para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Como atuar em cenários e estruturas que se modificam tão rapidamente? Como abandonar velhos conceitos frente a uma sociedade cada vez mais alicerçada pela evolução constante da tecnologia da informação e do conhecimento? Essas indagações e inquietações formam a base de atuação dos profissionais da pedagogia, sem a perspectiva do campo do trabalho de modo a contribuir para a educação de cidadãos críticos e reflexivos para que possam atuar efetivamente num mundo em total transformação.

Grande parte dos alunos ingressantes nos cursos profissionalizantes no Brasil sejam eles na modalidade aprendizagem, qualificação profissional, técnicos ou tecnólogos, são normalmente egressos dos cursos regulares tanto de escolas públicas quanto de escolas privadas. É perceptível o baixo rendimento escolar dos alunos ingressantes, sobretudo no que tange aos conhecimentos fundamentais de Matemática e Português. De acordo com o INEP:

O maior estudo sobre educação do mundo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), apontou que o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação. A edição 2018, divulgada mundialmente nesta terça-feira, 3 de dezembro, revela que 68,1% dos estudantes

brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de matemática, o mínimo para o exercício pleno da cidadania. Em ciências, o número chega a 55% e, em leitura, 50%. Os índices estão estagnados desde 2009. (INEP 2020)

Ainda segundo o instituto:

Quando comparado com os países da América do Sul analisados pelo Pisa, o Brasil é pior país em matemática, empatado estatisticamente com a Argentina, com 384 e 379 pontos, respectivamente. Uruguai (418), Chile (417), Peru (400) e Colômbia (391) estão à frente. Em ciências, o país também fica em último lugar, junto com os vizinhos Argentina e Peru, com empate de 404 pontos. Estão melhor classificados Chile (444), Uruguai (426) e Colômbia (413). Quando o assunto é leitura, o Brasil é o segundo pior do ranking sul-americano, com 413 pontos, ao lado da Colômbia (412). Em último lugar, estão Argentina (402) e Peru (401). (INEP 2020)

Este é o primeiro dos desafios e do grande paradoxo da educação contemporânea no Brasil. Há muito esforço nos anos iniciais da escolarização dos alunos (tanto para garantir a oferta, a ampliação de vagas, a permanência e também para assegurar o ingresso junto às escolas), e se percebe que há uma participação efetiva dos pedagogos e pedagogas para que possam na medida do possível serem todos os alunos e alunas frequentes e alfabetizados e que sejam expostos ao encantamento da Matemática. No entanto, ocorre uma verdadeira celeuma ao final do Ensino Médio, pois estudos do INAF no período de 2001 à 2018 demonstram um acentuado grau de analfabetismo funcional no Brasil.

Os níveis de habilidade e competências em língua portuguesa e matemática de acordo com o Programa Internacional de Avaliação de estudantes (PISA) está abaixo dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em se tratando de letramento em língua portuguesa, o índice dos países integrantes da OCDE cujo escore mínimo de 698 pontos é de 1,3%, o Brasil figura com 0,2%.

A média de proficiência dos jovens brasileiros em letramento em Leitura no PISA 2018 foi de 413 pontos, 74 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (487). A métrica para a escala de Leitura, estabelecida em 2000, baseou-se em uma média dos países da OCDE de 500 pontos, com desvio-padrão de 100 pontos. (PISA 2018 p.63)

No que se refere ao desempenho do Brasil em letramento matemático, sob uma perspectiva internacional não é muito animador, e de acordo com o relatório do PISA o Brasil figura abaixo da média se comparado com os países integrantes da OCDE. Como consta no relatório:

A média de proficiência dos jovens brasileiros em Matemática no PISA 2018 foi de 384 pontos, 108 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (492). A métrica para a escala de Matemática, estabelecida em 2003, baseou-se em uma média dos países da OCDE de 500 pontos, com desvio-padrão de 100 pontos. (PISA 2018 p.106)

Em matemática dentro do escore mínimo de 669 pontos dos países participantes o percentual é de 2,4 e o do Brasil 0,1%. Essa é a realidade e apresenta-se como o principal desafio dos profissionais da Pedagogia que, atuam nas empresas e ou no ensino profissionalizante: como preparar e qualificar uma mão de obra para o mercado de trabalho que está cada vez mais exigente de conhecimentos de Matemática, domínio da língua nas suas diversas formas (linguagem escrita e falada), utilização de tecnologias computacionais, de informação e telecomunicações?

Diferentemente da escola tradicional em que o aluno pode até deixar a escola sem o conhecimento na totalidade, um curso profissionalizante não se pode dar o luxo de fazê-lo, pois é impensável um profissional que não saiba executar suas tarefas básicas junto às empresas. Para Manfredi (2003), o pedagogo é assim desafiado constantemente e, em sua prática,

[...] é preciso considerar que a atividade profissional de todo professor possui uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação. O trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa à formação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamento e ação, o que implica escolhas, valores compromissos éticos.

Para ancorar-se nas afirmações acima um bom exemplo é o caso clássico na educação profissional dos padeiros e dos demais profissionais. Via de regra, não se pode colocar no mercado de trabalho, padeiros que não saibam fazer pães, ou pedreiros que não saibam erguer uma parede de tijolos, marceneiros que não saibam medir e fazer móveis. É tão profundo e aterrador este problema que, com a ampliação de ofertas de

curso de qualificação profissional no Brasil, financiados pelos governos federais e estaduais os índices de concluintes é inferior a 18% (menos da metade das matrículas) ou integralizados que é inferior a 2%, e o nível de abandono é superior a 10%, e o índice de reprovação é de exatos 1,81% como pode ser observado nos dados da educação profissional no Brasil de acordo com o MEC.

Outro complicador e não menos desafiante é, no tocante ao material didático. Na formação escolar regular há a oferta de material didático disponibilizado com a chancela do governo federal no que diz respeito a todas as exigências legais como preconiza a lei, como é o caso do PNLD – Plano Nacional do Livro Didático. Nos cursos profissionalizantes, o material didático utilizado dentro dos cursos e, ofertado aos alunos, não raro é produzido pelos próprios instrutores, sem nenhum acompanhamento da Pedagogia, responsável pela tratativa em relação à norma culta, formatação e aprovação junto às empresas demandantes do setor. Frequentemente, também esse material é copiado e disponibilizado indiscriminadamente na internet e repassado amiúde sem nenhum acompanhamento pedagógico. Essa prática é comum inclusive nos institutos federais de ensino.

Muito embora a citada resolução do MEC de 2006 determine que o profissional de Pedagogia seja formado com a capacidade de atuar no campo da educação profissional, há, no entanto, um choque entre o que determina a lei e a realidade no que tange a formação do profissional em Pedagogia. Isso ocorre porque o cenário da educação profissional impulsiona para um conjunto de saberes muito superficial de conhecimento teórico acerca da atuação com a educação profissional em ambientes escolares e não escolares, enquanto os documentos oficiais determinam que:

[...] a formação profissional deve enfatizar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos básicos, específicos e de gestão, voltados para o desenvolvimento de um indivíduo que é, ao mesmo tempo, trabalhador e cidadão, competente e consciente (Mtb/SEFOR, 1995, p.9).

Não obstante, a lei 11.741/2008, Arti.36-A determina que os estabelecimentos regulares que ofertam o ensino médio poderão também articular-se para oferecer qualificação profissional aos alunos. Outro grande complicador, significa que as escolas regulares em que atuam os profissionais da pedagogia outrora atuando apenas com o

ensino regular precisarão adequar-se não somente a demanda mas também as determinações legais, no tocante a educação profissional articulada.

No Brasil, historicamente a Pedagogia atua silenciosamente, algumas vezes incólume no que se refere ao ensino profissionalizante, e não raro as universidades optam por um *curriculum* centrado na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A atuação do profissional da Pedagogia em ambientes educacionais de formação profissional exige outra formação e outro *curriculum*, pois tais ambientes têm em sua estrutura uma modelagem do aparato profissional, ou seja, traz para os ambientes de formação dos sujeitos aprendizes, simulações bem próximas da realidade vivenciada dentro das organizações. Nos auxilia o entendimento de Colombo & Cols (2004):

[...] A mudança pedagógica almejada é a passagem de uma educação totalmente baseada na transmissão da informação, na instrução, para a criação de ambientes de aprendizagem nos quais o aluno interage com o conhecimento já produzido e constrói o seu conhecimento. Essa mudança deve repercutir em alterações na escola como um todo: nas estruturas funcionais, no espaço físico, na sala de aula, no papel do professor e do aluno, na relação dos mesmos com o conhecimento (COLOMBO & COLS.2004, p.180).

Isso implica a exigência de que haja laboratórios (de eletrônica, elétrica, informática, patologia clínica e outros), para que se pratique o estudado teoricamente. Nos processos do ensino e da aprendizagem desses ambientes, é necessária a utilização de ferramentas e instrumentos de precisão. Por conseguinte, os professores e instrutores que, por cadeia hierárquica deveriam ser acompanhados durante todo o processo pelos profissionais da Pedagogia, não o são e sistematicamente são abandonados à própria sorte em suas respectivas jornadas em educar para o exercício das profissões.

Desse modo, espera-se da Pedagogia em ambientes de ensino profissionalizante os seguintes pontos: atuar incisivamente para fomentar o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias a cada profissão, valorizar o conhecimento empírico e o conhecimento científico, ambos com o mesmo grau de importância e desenvolver e estimular a capacitação do corpo docente para que esse potencialize o aprendizado individual, uma vez que cada sujeito em itinerário formativo é único e singular.

Em sintonia com os anseios do mercado de trabalho, o profissional da pedagogia atuando como protagonista dentro da educação profissional seja capaz de possibilitar e

criar condições para a aprendizagem organizacional, ou seja, que também as organizações possam aprender e ensinar de forma colaborativa; estimular a ampliação dos processos do ensino e da aprendizagem em espaços presenciais e virtuais, pois não raramente os egressos do curso de Pedagogia pautam e polarizam-se por determinar apenas o sistema de aprendizagem presencial e tendem naturalmente a não fazer mesclar essas duas modalidades de ensino. Bem como nos apresenta Colombo & Cols. (2004):

A escola de hoje requer profissionais mais críticos, criativos que participem, que empreendam, um profissional mais inteiro e com mais consciência pessoal e profissional. (COLOMBO & COLS. 2004, p. 176)

Com efeito, e diante dos painéis apresentados, há o convite para que a Pedagogia contemporânea, possa se engajar para oferecer; e, disponibilizar atividades educacionais de difusão em massa, de fácil acesso, como o ensino eletrônico, (e-learning – Blended Learning) de modo a propiciar condições favoráveis (inclusive econômicas) para que todas as pessoas realizem a aprendizagem em qualquer lugar do planeta. A este respeito, evocamos novamente a inteligência de Eboli (2004):

[...] “o *e-learning* ou ensino eletrônico não trata apenas de informação técnica, mas também da ampliação e da aplicação do conhecimento”, afirma o vice-presidente de recursos humanos da Embratel. Uma característica do novo cenário profissional é a vontade de aprender, cabendo à empresa moderna agilizar esse processo. O ensino por intermédio da *web* acaba sendo excelente para a organização, pois permite levar rapidamente ao maior número possível de empregados o conhecimento a um custo menor que o de criar uma estrutura de aprendizado convencional. (EBOLI, 2004, p.160)

Assim, seriam funções da Pedagogia contemporânea: realizar diagnósticos das competências críticas tanto dos alunos quanto dos professores e instrutores; projetar e divulgar dados estatísticos de modo a contribuir positivamente no desenvolvimento geral, dentro e fora dos processos de ensino e aprendizagem; arquitetar, envolver e comprometer a alta administração das organizações de ensino com o processo de aprendizagem e os resultados tanto quantitativos bem como qualitativos dos egressos; alinhavar o sistema de educação às estratégias de negócios, de modo a diminuir o hiato entre a realidade das empresas e a dos alunos, bem como o processo vivencial em comunidades colaborativas e efetivamente participativas dos alunos; estabelecer critérios para que a arte e a cultura não se dissociem nos processos de aprendizagem de

jovens e adultos, para que não se instale o mecanicismo dentro dos ambientes instrucionais. Nesse aspecto Colombo & Cols. Oferta-nos a seguinte afirmação:

Com as megatendências mundiais imprevisíveis e aceleradas, percebemos a introjeção de novos conceitos e valores como: a valorização da força humana, o renascimento da arte e da espiritualidade, a preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida do homem no planeta, nos espaços sociais de convivência e em suas relações nesses ambientes, inclusive no seu trabalho. (COLOMBO & COLS, 2004, p.175)

Também seria de bom tom que os profissionais com formação em Pedagogia pudessem estabelecer métodos e estratégias para mitigar o processo de reprodução simbólica da educação tradicional, de tal sorte e forma a permitir a inovação através da arte e a criatividade como mola propulsora da capacidade humana em se desenvolver por meio da educação para o trabalho. Nessa perspectiva Manfredi (2003) nos propõe:

[...] trabalhar as manifestações de arte vinculadas à história e à cultura das quais [o sujeito] é portador reforça a dimensão de si mesmo e do mundo ao redor de cada um. Possibilita seduzir os educandos para a arte e o belo, convivendo com as mais diferentes formas de expressão artística através da música, da dança, fazendo o elo entre o particular e o universal. Na prática educativa do trabalho com arte, impõe-se a relação pedagógica entre o ensinamento e a aprendizagem para além do conhecimento técnico em si. Busca-se uma transmissão de conhecimento (sic) que inclua as questões que permeiam a vida, o momento de cada um e as especificidades do ofício. (MANFREDI 2003, p. 230)

Nessa lógica, a Pedagogia contemporânea poderia cogitar trabalhar em projetos de desenvolvimento de métodos e estratégias de ensino e aprendizagem que pudessem corrigir *déficits* de conteúdo ao mesmo tempo em que potencializassem o aprendizado ao longo de toda a trajetória acadêmica presente e futura dos alunos. Sempre que possível, incentivar o corpo de professores instrutores a prática da arte de estudar, da pesquisa e da investigação crítica. Em total sintonia Colombo & Cols. (2004) afirma:

[...] Os programas de especialização, mestrado e doutorado, além de não os ajudarem a avançar em suas práticas, são muitas vezes, acometidos de um grande *deficit* de pensamento crítico. (COLOMBO & COLS. 2004, p. 172)

Ainda por esse ângulo, sugere-se, que no labor do profissional da Pedagogia haja uma atenção redobrada no quesito sistemas avaliativos, isto porque não raro os

mecanismos avaliativos, sobretudo na educação profissional, são falhos e desprovidos do acompanhamento da Pedagogia.

Sendo a educação o objeto e o cerne da Pedagogia, no que tange à educação profissional, há de se ter, atenção diferenciada nos objetivos principais de aprendizagem para que a perguntas incomodas tais como: que perfil de homem devemos formar para viver no contexto político-social-econômico dos novos tempos? Os ambientes instrucionais disponíveis serão capazes de formar cidadãos mais justos, mais humanos e mais fraternos ou, como afirma Pablo Lipnizky (2012): “todo mundo fala sobre a paz, mas ninguém educa para a paz? Pessoas são treinadas para a competição, e a competição é o começo de uma guerra.

A Pedagogia para a próxima década terá que lidar também com a capacidade de atrair, capacitar e reter talentos, ser capaz de gerir competências e conhecimento, planejar ações centradas em entregar para o mercado o perfil de profissional demandados pelos respectivos setores da economia, uma vez que há uma demanda reprimida por profissionais que possam atuar em time e com forte formação em princípios éticos, como nos auxilia Eboli (2004):

[...] as organizações precisam consolidar e disseminar seus valores e princípios básicos de forma consistente, para que eles sejam incorporados pelas pessoas, tornando-se norteadores de seu comportamento e permitindo o direcionamento entre objetivos e valores individuais e organizacionais, construindo-se assim a identidade cultural. E fundamentalmente, do ponto de vista do indivíduo, este precisa alcançar um patamar de maturidade e autoconhecimento que proporcione uma conscientização e internalização do real sentido da aprendizagem e desenvolvimento contínuos, para garantir as competências humanas fundamentais ao sucesso da empresa onde trabalha. (EBOLI, 2004, p.44)

Não obstante, espera-se dos profissionais da Pedagogia em seu exercício diário nas organizações de formação profissional a arte de incentivar ações pragmáticas sustentadas pelos pilares do conhecimento, da habilidade e da atitude, de tal modo que tanto os alunos quanto o corpo docente sejam capazes de ampliar o saber, o poder e o querer. Como nos salienta Eboli (2004) Todas essas ações apontam para a tríade: Porque fazer? O que fazer? E como fazer? Essas indagações e inquietudes devem ser o balizador para o profissional da Pedagogia que também deverá se situar com muita sintonia diante dos aspectos econômicos, bem como nos brinda Colombo & Cols. (2004).

Isso se deve ao fato de que os ambientes de formação profissional estão se ampliando para universidades corporativas, sindicatos, OSCIPs, parcerias entre órgãos públicos e privados, o que implica que já não se pode estabelecer com precisão onde se aplica a educação profissional no Brasil e qual a modalidade, uma vez que a educação presencial e a educação virtual se confundem e também se fundem muitas das vezes.

A Pedagogia contemporânea tem que lidar também com o advento da gestão do conhecimento: numa sociedade globalizada, em que os mecanismos de comunicação são transformados em ritmo alucinante, a difusão da informação e o alto valor do conhecimento dentro das organizações também se fundam como seara para desafios ainda maiores para o pedagogo, tais como aprender a lidar com a rápida obsolescência do conhecimento, sobretudo no campo da profissionalização da informática e das telecomunicações, o que exige métodos de pesquisa no campo da Pedagogia que potencializem o campo de investigação sobre a educação profissional.

E também segundo Eboli (2004, p. 128), a utilização de forma intensiva e inteligente da tecnologia aplicada à gestão do conhecimento, transformada numa prática social saudável e moderna, permite unir o universo técnico ao cultural, ao estruturar processos para viabilizar a transformação de conhecimento tácito em conhecimento explícito e responsabilizar e envolver líderes e gestores pelo processo de gestão do conhecimento e da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil investe por volta de 6% do PIB em educação, sendo que esse montante é superior à média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os índices de proficiência em Português e Matemática estão abaixo da média dos Países que compõe a OCDE.

Por conseguinte a LEI 11.741 de 16 de Julho de 2008 considerada a atualização da LDB, que determina que a educação profissional poderá acontecer concomitantemente como ensino médio inclusive no mesmo espaço físico, paradoxalmente não abarca questões reais e presentes dentro do cenário da educação profissional. Conclusivamente algumas questões inquietantes se apresentam:

a) Qualificação dos pedagogos (as) para atuarem nesse cenário. Uma vez que grande parte destes profissionais já atuantes não foram qualificados para atuarem com o público de jovens e adultos no tocante a formação profissional; via de regra em nível

nacional as grades curriculares dos cursos de licenciatura em pedagogia não contemplam formação no uso de novas mídias e tecnologias nos processos do ensino e da aprendizagem.

b) Desconhecimento do parecer de 2006 que embora não restringe a área de atuação da pedagogia, sobre tudo no tocante a educação profissional; no entanto não é o que acontece na formação acadêmica do profissional em pedagogia na grande maioria das universidades;

c) Capacitação em tecnologia dos pedagogos (as) que não são expostos a gama de recursos disponíveis e que não foram preparados na universidade para atuarem com tais tecnologias;

d) Valorização do capital humano. É histórico a desvalorização do capital humano em pedagogia que possui baixa remuneração e como consequência as instituições escolares são carentes dos bons profissionais, que não raro são atraídos para outras áreas em detrimento a baixa remuneração no setor educacional, sendo essa realidade agravado no setor público. Se nos centros de formação profissional exige-se um capital intelectual preparado para ensinar e preparar para o mercado de trabalho, esses profissionais são bem mais remunerados que os profissionais concursados ou designados para atuarem no serviço público, gerando assim descontentamentos e desmotivação como consequência abandono do objetivo central que é preparação dos alunos para a efetiva atuação no mercado de trabalho.

e) Adequação dos espaços escolares tais como (laboratórios tecnológicos, Acessibilidade, logística interna, simuladores, instrumentos e biblioteca adequadas); a grande maioria das escolas públicas brasileiras estão em péssimas condições estruturais, ainda estão enquadradas nas argumentações de Michel Foucault, sendo estruturadas em prédios antigos que mais se assemelham a presídios ou manicômios, mal cuidadas e incapazes de reformulação ou reformas, tão pouco adequação para receber cursos técnicos.

f) Distanciamento das escolas tradicionais das escolas de formação profissional. Há um verdadeiro hiato entre projetos políticos pedagógicos da escola tradicional e conservadora e dos centros de formação profissional. Dois mundos que embora se orbitem, mas as disciplinas, conteúdos, programas e currículos não dialogam. Enquanto os centros de formação por estarem em sintonia com o mercado de trabalho possuem uma dinâmica um tanto, mais acelerada que a escola tradicional. De tal sorte que nem

mesmo os programas e currículos são esgotadas na modalidade do ensino tradicional com currículos conservadores, na formação profissional se isso acontecer compromete todo o trabalho no quesito qualidade da mão de obra egressa que será entregue ao mercado de trabalho;

g) Material didático inexistente. Se na formação tradicional há os PCNS como guia norteador, bem como os livros determinados pelo MEC para suportar os programas e currículos dos discentes, no que tange a educação profissional, sobre tudo para as escolas tradicionais e conservadoras eles simplesmente inexistem; e ao se aventurar em captar material disponível abertamente na internet, há o sério risco de se incorrer em dois grandes problemas : ferir o direito autoral, utilizar material defasado ou em dissonância, discrepância com os propósitos de formação dos alunos; com grave consequências ao ofertar esse aluno egresso não preparado com material de qualidade;

h) Determinação de processo avaliativo dos alunos egressos da modalidade de ensino dual (ensino médio/profissionalizante). Se na escola tradicional o Enem é o instrumento de avaliação que determina e apura os índices de qualidade tanto dos alunos egressos bem como as instituições. Nesse quesito os sistemas avaliativos inexistem. Comprometendo todo o arcabouço de estatística capaz de fornecer dados e diagnósticos capazes de intervenção a curto, médio ou longo prazo e como agravante há o comprometimento do planejamento, organização e controle pedagógico.

i) Silêncio estatístico velado em relação a evasão escolar nos cursos técnicos e profissionalizantes. De acordo com um estudo da pesquisadora Rosemary Dore Heijmans, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); referenciado pela mestre Priscila Rezende Moreira (UFMG) determina que embora inúmeras pesquisas no Brasil que versam sobre a evasão escolar em cursos técnicos, há poucos estudos sobre um tema tão pertinente e explícito.

Diante desse panorama complexo e também repleto de oportunidades o profissional da pedagogia é convidado a participar, analisar e ter uma atuação crítica e reflexiva, de maneira a atuar incisivamente para a construção de uma sociedade trabalhadora mais justa, humana e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

_____.Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Idb.pdf>>. Acesso em 15.mar. 2015.

_____.Resolução CNE/CP1/2006. Brasília: Diário Oficial da União de 16 de maio de 2006.

BATISTA, Eraldo Leme. Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. Biblioteca digital da Unicamp. 2013.

BAYAMA, F. *Educação Corporativa - Desenvolvendo e gerenciando competências*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

COLOMBO, Sônia Simões (Org.). *Gestão educacional: uma nova visão*. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2004.

DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1998.

EBOLI, Marisa Pereira. *Educação corporativa no Brasil: Mitos e verdades*. 2. ed. São Paulo: Gente, 2004

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Filho, Luciano Mendes Faria. VEIGA, Cytia Greive. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

EDUCAÇÃO profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: Sefor 1995

INEP. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Novo Pisa – resultados*. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206 >. Acesso em : 12 ago. 2020.

MANACORDA, Mario A. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 1989..

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MOREIRA, Priscila Rezende. *Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais*. UFMG/FaE, 2012.

REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (Orgs.). *Ensino médio e educação profissional: desafios da integração*. 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010.

SILVEIRA, André Stein ,Tese. *A Educação Corporativa e as suas contribuições para o desenvolvimento humano*. Porto Alegre. 2011.